

A PAZ QUE NUNCA VEIO: UMA DEFESA DA MORALIDADE EM TEMPOS DE GUERRA

THE PEACE THAT NEVER CAME: A DEFENSE OF MORALITY IN TIMES OF WAR

Gustavo Henrique de Freitas Coelho¹

Resumo:

A guerra acompanha a humanidade desde os seus primórdios, configurando-se como um dos fenômenos mais persistentes e estruturais da vida em sociedade. Apesar dos avanços diplomáticos do pós-Segunda Guerra Mundial, como a fundação da ONU no ano de 1945, o confronto armado continua a ser amplamente empregado na resolução de disputas, com a proliferação de guerras civis e o envolvimento de atores não estatais. Este artigo analisa a permanência e a transformação da guerra à luz de três principais abordagens teóricas, examinando suas virtudes e limitações frente aos desafios contemporâneos: o pacifismo, o realismo e a teoria da guerra justa. Argumenta-se que, embora essas teorias ofereçam importantes ferramentas de interpretação, a rápida evolução tecnológica, as crises ambientais e a disputa por recursos escassos demandam novas categorias morais e políticas para lidar com a crescente volatilidade do cenário global. Pensar a guerra, nesse contexto, é também pensar a paz e, sobretudo, a sobrevivência da humanidade diante de um poder cada vez mais concentrado e potencialmente destrutivo.

Palavras-chave: Guerra; Moralidade; Pacifismo; Realismo; Guerra justa

Abstract:

War has been a constant companion to humanity since its earliest beginnings, emerging as one of the most persistent and structural phenomena in social life. Despite the diplomatic strides made after the Second World War, such as the establishment of the United Nations in 1945, armed conflict continues to be widely used in resolving disputes, marked by the proliferation of civil wars and the involvement of non-state actors. This article examines the persistence and transformation of war through the lens of three main theoretical approaches, assessing their strengths and limitations in confronting contemporary challenges: pacifism, realism, and just war theory. It is argued that, while these theories provide valuable tools for interpretation, the rapid technological advancements, environmental crises, and competition for scarce resources necessitate new moral and political categories to address the increasing volatility of the global landscape. In this context, thinking about war is also inherently thinking about peace and, above all, the survival of humanity in the face of an ever more concentrated and potentially catastrophic power.

Keywords: War; Morality; Pacifism; Realism; Just War

¹ Doutorando em Filosofia. Filiação Institucional: Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gusege@hotmail.com, gustavo.coelho@ufu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5265638620788673>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7075-851X>. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil

Introdução

A guerra é um dos fenômenos mais antigos registrados na história da humanidade, tão intrinsecamente conectada ao nosso desenvolvimento que é praticamente impossível conceber a evolução das sociedades humanas sem sua ocorrência. Evidências arqueológicas descobertas em Jebel Sahaba, na fronteira entre o atual Sudão e o Egito, indicam que conflitos entre grupos, com mortes violentas infligidas a homens, mulheres e crianças, remontam há aproximadamente 13.400 anos, situando a guerra como parte do repertório comportamental humano desde o período Paleolítico (Criado, 2021).

Essa presença contínua da guerra como ferramenta de organização social, dominação e resistência torna-se ainda mais evidente à medida que avançamos historicamente. Ao longo da Antiguidade, impérios como o Egípcio, o Assírio, o Persa, o Grego e o Romano expandiram-se, e ruíram, por meio de campanhas militares sistemáticas, frequentemente motivadas por disputas territoriais, controle de rotas comerciais e imposição de hegemonia política.

Na Idade Média, apesar da fragmentação do poder político e da ascensão do cristianismo como força unificadora na Europa, a guerra permaneceu uma constante. As Cruzadas, as invasões vikings, os conflitos feudais e a Guerra dos Cem Anos ilustram a persistência de uma cultura de violência organizada entre principados, reinos e Estados.

Com a Modernidade, o desenvolvimento tecnológico e o advento do Estado-nação levaram a um salto quantitativo na escala de letalidade dos conflitos. A Primeira (1914-1918) e a Segunda (1939-1945) Guerras Mundiais, juntas, ceifaram mais de 100 milhões de vidas – com estimativas de que apenas a Segunda Guerra Mundial tenha resultado na morte de aproximadamente 60 a 80 milhões de pessoas, entre civis e militares (Encyclopaedia Britannica, 2025b; O'Neill, 2025).

Mesmo os avanços diplomáticos do pós-guerra, simbolizados pela fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, não foram suficientes para eliminar o recurso à violência. De tal modo, que a continuidade desse padrão de comportamento sinaliza uma preocupante projeção para o futuro. Para além dos conflitos já em curso, parece inevitável que divergências diplomáticas venham a escalar para confrontos armados, bem como que novos embates irrompam ao longo desse século. Ademais, não há fundamentos empíricos ou históricos que justifiquem a crença de que o século XXI será menos belicoso ou menos devastador que os anteriores.

De acordo com dados do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, desde o ano de 1946 grandes conflitos internacionais envolvendo Estados tornaram-se menos frequentes, mas conflitos entre grupos dentro de um mesmo território proliferaram e, embora o número de conflitos armados tenha variado, apresentam uma tendência de crescimento acentuada sobretudo a partir da década de 1990. No início dos anos 2000, o número de conflitos armados internos em andamento ao redor do mundo, classificados como guerras civis, girava em torno de 30. Em 2024, esse número ultrapassava a marca de 100. Se incluirmos também os conflitos internacionais, o total sobe para mais de 120 conflitos ativos, alguns dos quais estão em andamento há mais de 50 anos. Atualmente, os confrontos armados envolvem 60 dos 193 Estados reconhecidos pela ONU, o que representa aproximadamente 31% da comunidade internacional. As regiões mais afetadas são o Norte da África e o Oriente Médio, que, juntos, concentram 45 conflitos deflagrados (Charleaux, 2024; ICRC, 2024).

Como consequência, ao final de 2023, mais de 117 milhões de pessoas (o equivalente a uma em cada 69 no mundo, ou cerca de 1,5% da população global) encontravam-se deslocadas à força em razão de perseguições, conflitos, violência, violações de direitos humanos e eventos que comprometem gravemente a ordem pública. Esse número, que cresce de forma contínua há 12 anos, é hoje quase o dobro do registrado há uma década e representa um aumento de 208% em relação ao ano 2000, quando havia cerca de 38 milhões de pessoas deslocadas (ACNUR, 2024a, b).²

Parte significativa dessa crise humanitária tem como origem o número crescente de conflitos envolvendo agentes que operam à margem das estruturas formais de poder. Atualmente, mais de 120 grupos armados que não representam governos oficialmente constituídos estão envolvidos em confrontos ao redor do mundo. Esses chamados 'atores não estatais' compreendem uma ampla variedade de organizações, incluindo movimentos guerrilheiros, frentes de libertação nacional, facções separatistas, cartéis de drogas, organizações criminosas transnacionais e agrupamentos rotulados por muitos Estados como terroristas (Charleaux, 2024). Sua atuação fragmenta ainda mais os cenários de conflito, tornando-os mais imprevisíveis, prolongados e difíceis de resolver por meio de negociações diplomáticas convencionais.

Diante desse panorama, torna-se imperativo investigar a guerra não apenas como um fato histórico, mas como um fenômeno ético, político e atual que desafia as estruturas normativas da convivência humana. Este artigo propõe-se a examinar a persistência da guerra como traço estrutural da ordem internacional e a analisar criticamente três respostas teóricas que tentam dar conta desse fenômeno: o pacifismo, o realismo e a teoria da guerra justa. Ao fazê-lo, pretende-se avaliar os limites e as possibilidades de cada abordagem diante dos desafios contemporâneos, marcados por transformações tecnológicas, crises ecológicas, disputas geopolíticas e a multiplicação de atores armados não estatais. A guerra, longe de ser um resquício de um passado bárbaro, continua a exigir reflexão rigorosa e atualizada sobre seus fundamentos, seus limites e suas possíveis alternativas.

A fragilidade da paz diante da persistência da guerra

Ao examinarmos o cenário internacional contemporâneo à luz de nossa trajetória histórica, torna-se evidente que a guerra não é um fenômeno episódico ou acidental, mas uma realidade estrutural que molda, de forma recorrente e profunda, o desenvolvimento das sociedades humanas. Desde as primeiras organizações políticas até os complexos sistemas interestatais modernos, os conflitos armados e o poderio bélico têm desempenhado um papel central na definição de fronteiras, na consolidação de identidades nacionais e na distribuição de poder no sistema internacional.

De fato, essa compreensão é reforçada pela regularidade com que os conflitos reaparecem ao longo da história, mesmo após longos períodos de relativa estabilidade. A paz, nesses casos, revela-se menos como um estado consolidado e

² Em junho de 2024, provavelmente refletindo o agravamento da Guerra Civil no Sudão, o total de pessoas em deslocamento forçado havia aumentado para 122,6 milhões, representando um acréscimo de 5% (ou 5,3 milhões de pessoas) em relação ao final de 2023, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados estima que esse número tenha aumentado ainda mais desde então (ACNUR, 2024a, b).

mais como um intervalo precário entre ciclos de violência. Tal padrão sugere que, mais do que um erro a ser corrigido, a guerra é parte constitutiva da experiência humana, refletindo tanto dinâmicas de dominação quanto limitações estruturais na capacidade de resolução pacífica de disputas. Aceitar essa realidade é essencial para compreender por que as instituições internacionais frequentemente falham em conter ou prevenir os conflitos, e por que, apesar dos avanços éticos e jurídicos da civilização, a barbárie continua a reaparecer com força destrutiva.

Assim, ao reconhecermos este fato, chocante para muitos, a guerra deixa de ser compreendida como um desvio patológico, passando a ser compreendida como parte do fluxo incessante das relações internacionais enquanto elemento constitutivo da vivência coletiva, o que não exclui o horror diante das mazelas que causa, mas evidencia o fato de que “guerra é história, guerra é cultura” (Magnoli, 2011, p. 11). E, embora não seja surpreendente que nossas origens estejam marcadas por práticas violentas, causa espanto, e certo constrangimento moral, o fato de que após milênios de civilização tenhamos sido incapazes de superar esse traço persistente da condição humana.

Essa constatação desafia a tese defendida por autores como Steven Pinker (2012)³, Joshua Goldstein (2012) e Peter Singer (2016), segundo a qual estaríamos vivendo no período mais pacífico da história da humanidade, graças à expansão da empatia e ao progresso da racionalidade. Esses autores integram uma corrente de pensamento que sustenta que os avanços éticos e políticos são cumulativos e progressivos: cada conquista consolida as anteriores e prepara o terreno para novos avanços. Embora reconheçam a possibilidade de retrocessos ocasionais, consideram que tais recuos ocorrem dentro de um arcabouço que preserva, em grande medida, os ganhos obtidos. Desse modo, o curso da história seria orientado, ainda que lentamente, por uma tendência de melhoria contínua das relações humanas.

É inegável que a civilização alcançou avanços significativos, e é igualmente verdade que houve uma redução relativa no número de mortes violentas provocadas por guerras, especialmente quando comparamos com os picos destrutivos do século XX. No entanto, esses progressos revelam-se instáveis: vêm e vão, sem garantias de continuidade. O elevado número de conflitos armados em curso no mundo contemporâneo indica que, embora certas formas de violência tenham sido abandonadas ou estejam em declínio, como os sacrifícios humanos, as punições corporais extremas, ou a violência sistemática contra mulheres e crianças, a guerra persiste como um elemento estrutural da ordem internacional. Ela não constitui desvios históricos, mas sim uma constante, moldada pelas configurações políticas e tecnológicas de cada época. Ao contrário do conhecimento técnico-científico, que tende a se acumular e acelerar, os avanços no campo ético e político são descontínuos, instáveis e frequentemente reversíveis. Nessa trajetória irregular, delineiam-se ciclos históricos: períodos de paz e liberdade são sucedidos por guerras e regimes tirânicos; fases de prosperidade cedem lugar a colapsos econômicos. Longe de ser um processo linear de aprimoramento, o curso civilizatório mostra-se em um equilíbrio precário e intrinsecamente frágil, vulnerável a retrocessos e frequentemente superado pela

³ Para uma crítica a tese de Pinker de que estaríamos vivendo o período mais pacífico da história humana, Cf. DWYER, P.; MICALE, M. (Orgs.). *The Darker Angels of Our Nature: Refuting the Pinker Theory of History and Violence*. London, New York, Oxford, New Delhi, Sydney: Bloomsbury Academic, 2021.

barbárie, em que avanços éticos podem ser rapidamente corroídos por regressões políticas, crises econômicas ou disputas territoriais, ideológicas e de poder.

Essa percepção encontra respaldo em uma concepção alternativa do desenvolvimento moral proposta por Frans de Waal, segundo a qual a moralidade humana não avança de forma linear e cumulativa, mas oscila conforme as condições materiais e ambientais. De Waal propõe a metáfora da 'pirâmide flutuante' para ilustrar essa dinâmica: no topo da pirâmide está o 'eu', seguido por círculos concêntricos de consideração moral: família, clã, nação, humanidade, até outras espécies. Essa pirâmide, porém, não repousa sobre um alicerce fixo; ela flutua sobre a disponibilidade de recursos. Em tempos de abundância, há espaço para uma ampliação dos círculos morais, permitindo a inclusão de mais seres no nosso horizonte ético. Em contrapartida, em períodos de escassez, a pirâmide afunda, provocando o encolhimento do círculo moral e incentivando respostas mais egoístas, tribalistas e violentas (de Waal, 2020). Ao contrário da visão otimista, que vê a expansão da consideração moral como resultado da razão e do progresso ético, De Waal enfatiza a plasticidade e a vulnerabilidade de nosso conjunto de normas, valores e costumes às pressões contextuais. Sua perspectiva, mais biológica e evolutiva, lança dúvidas sobre a estabilidade dos avanços morais e sustenta a ideia de que retrocessos éticos, como o recurso sistemático à guerra, não são exceções, mas possibilidades latentes, reativadas por contextos de crise. Diante desse cenário, é necessário reavaliar como as sociedades contemporâneas lidam com a guerra: não como uma anomalia que será superada pelo progresso, mas como uma possibilidade sempre presente, que exige reflexão normativa constante em um mundo cada vez mais competitivo e com recursos escassos.

Portanto, a análise da guerra como fenômeno humano não pode restringir-se a seus aspectos históricos ou aos danos físicos e psicológicos que acarreta. É imprescindível considerar a maneira como a guerra abala, reconfigura e frequentemente regride os marcos éticos que sustentam a vida em sociedade. A perspectiva de Frans de Waal, ao demonstrar a oscilação dos círculos morais conforme a abundância ou escassez de recursos, alerta para o fato perturbador de que, em contextos de crise, os princípios que regulam nossa convivência se tornam voláteis, e os compromissos éticos podem ser facilmente sacrificados em nome da sobrevivência, da segurança ou do interesse nacional. Isso impõe um redirecionamento da reflexão crítica: compreender por que as guerras continuam a ocorrer implica não apenas investigar suas causas imediatas ou estruturas institucionais, mas também reconhecer o modo como elas desestabilizam o tecido moral das sociedades, expondo sua precariedade. Em um mundo marcado pela competição global e potencial escassez de recursos naturais, esse reconhecimento é essencial para a formulação de mecanismos internacionais mais resilientes, capazes não apenas de prevenir conflitos, mas de proteger e consolidar os avanços éticos e políticos duramente conquistados. Esse desafio tem motivado diversas tentativas de repensar a própria essência da guerra, suas justificações e seus limites normativos diante da constante ameaça de regressão civilizatória.

O que é a guerra?

As definições predominantes de guerra tendem a enfatizar sua dimensão beligerante, caracterizando-a por confrontos armados e hostilidades explícitas. Essa conceituação, embora amplamente reconhecida e utilizada (Oxford English Dictionary, 2024), negligencia as implicações políticas mais profundas do

fenômeno, contribuindo para uma compreensão limitada de sua complexidade. Em contraste, a definição de Karl von Clausewitz (1780-1831) que descreve a guerra como “a continuação da política por outros meios” (Clausewitz, 1984, p. 91), introduz uma dimensão instrumental que permanece influente. No entanto, essa formulação revela-se insuficiente para abranger a totalidade da experiência da guerra. Ela ignora, por exemplo, que a guerra implica combates armados concretos, mortes e mutilações, diversas consequências devastadoras para populações civis, e a mobilização de recursos econômicos, humanos e tecnológicos em larga escala. Reduzir a guerra a uma extensão da política é, portanto, desconsiderar suas dimensões materiais, sociais e éticas mais cruciais.

Contudo, é fundamental reconhecer que nem todos os confrontos armados podem ser definidos propriamente como guerras. Episódios de violência coletiva de menor escala, como tumultos, motins e rebeliões, embora possam ser intensos ou politicamente significativos, geralmente carecem da amplitude, da organização e da gravidade necessárias para se enquadrar na categoria de guerra. Em contraste, as guerras se caracterizam como conflitos armados de larga escala, que mobilizam substanciais capacidades militares e recursos por parte de entidades políticas que são, ou aspiram à ser, reconhecidas como Estados soberanos. Por isso, historicamente as guerras interestatais têm sido as mais mortais. Além disso, tais conflitos envolvem disputas centrais de governança territorial, como o controle do poder estatal, a formulação de leis, o acesso a recursos naturais, a imposição de ideologias e a regulação de práticas religiosas. As duas Guerras Mundiais constituem exemplos paradigmáticos, embora guerras civis, como a Guerra Civil Espanhola, ou guerras de guerrilha, como os movimentos de independência nas colônias portuguesas na África, também se enquadram nessa definição. Poderíamos incluir no escopo das guerras também os conflitos envolvendo grupos terroristas, desde que tais confrontos envolvam disputas pela governança de territórios entre comunidades políticas organizadas. A distinção entre guerra e outras formas de violência coletiva, portanto, engloba desde a intensidade dos combates, escala das operações, até a natureza política das questões em disputa, refletindo, em última instância, uma disputa sobre quem governa, quais leis e credos prevalecem e como os recursos naturais e econômicos são apropriados dentro de territórios contestados (Nunes, 2015).

A análise da guerra, portanto, deve transcender sua dimensão estritamente militar ou seu papel instrumental na política, para contemplar como ela reconfigura a ordem social, é influenciada pelos valores morais, e redefine as relações sociais coletivas. Compreendê-la em sua totalidade exige integrar a teoria política à reflexão ética, reconhecendo que os conflitos armados não apenas expressam disputas de poder, mas também colocam à prova, distorcem ou destroem os fundamentos normativos das sociedades envolvidas. A guerra não é apenas um episódio de ruptura com a paz: é um fenômeno que expõe as fragilidades das normas e instituições internacionais e desafia, de forma radical, a ideia de progresso moral.

Teorias sobre a guerra

Devido à sua natureza intrinsecamente violenta e aos profundos impactos que exerce sobre indivíduos e sociedades, a guerra é uma fonte indiscutível de dilemas éticos e morais. A questão fundamental nesse debate é se a guerra pode ser justificável sob certas circunstâncias ou se, pelo contrário, é sempre

moralmente reprovável. Além disso, emergem outras questões críticas relacionadas à conduta durante o conflito e às medidas a serem adotadas após o seu término. Ao abordar esses complexos dilemas, três principais correntes teóricas se destacam (Frowe, 2023; Nunes, 2015):

Pacifismo

A teoria pacifista defende que a guerra é intrinsecamente imoral e nunca justificável, e que todos os conflitos devem ser resolvidos por meios não violentos. Com efeito, a paz não seria apenas uma condição desejável, mas um imperativo moral, sempre preferível a qualquer forma de violência.

Embora sua origem seja predominantemente religiosa, com destaque para os ensinamentos descritos no Sermão da Montanha (Mateus 5:38-44), que exortam ao não enfrentamento violento, à não retaliação e ao amor aos inimigos, o pacifismo moderno também possui fundamentos filosóficos e políticos. Dentre seus principais expoentes históricos estão o escritor russo Liev Tolstói (1828-1910), cuja interpretação do cristianismo o levou a rejeitar toda forma de violência; o indiano Mahatma Gandhi (1869-1948), que promoveu a filosofia da não violência (*ahimsa*) como método ativo de resistência política; e o ativista político Martin Luther King Jr. (1929-1968), que incorporou os princípios pacifistas na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Em termos filosóficos, distinguem-se duas correntes principais de pacifismo:

(a) o *pacifismo consequencialista* considera que os males causados pela guerra (mortes e mutilações, traumas, destruição, instabilidade) jamais seriam compensados por quaisquer benefícios alegados, tornando a guerra sempre a pior alternativa possível.

(b) o *pacifismo deontológico* defende que a guerra é moralmente inadmissível por violar deveres absolutos, como o de não matar seres humanos inocentes, independentemente das consequências.

Um dado importante, e que não pode ser negligenciado, é que embora seja verdade que a guerra mudou ao longo do tempo, ela não se tornou menos destrutiva. Em sua brutalidade intrínseca, a guerra envolve sofrimento e morte de maneira indiscriminada. Independentemente da nacionalidade, inocência ou culpa dos envolvidos, as consequências atingem a todos, sem distinção. É o caso da população civil, que durante um conflito não padece somente devido às ações do adversário; frequentemente, é também afetada de maneira colateral pelos atos do próprio Estado ou aliados. Isso porque a guerra é inerentemente caótica, e em seu decorrer podem acontecer movimentações e operações militares que podem resultar em deslocamentos forçados de populações, destruição de propriedades, ou interrupção de serviços essenciais como saúde e alimentação; o uso de armas que não distinguem entre combatentes e não-combatentes, como minas terrestres ou ataques com mísseis de longo alcance, pode causar danos colaterais significativos; ou estratégias como a tática da terra arrasada, onde se destrói recursos para negá-los ao inimigo, podem afetar gravemente a população local, mesmo que sejam compatriotas ou aliados.

Tomando como exemplo a Primeira Guerra Mundial, estima-se que o número de mortes de civis atribuíveis à guerra foi maior do que as baixas militares, causadas em grande parte por fome, doenças, danos colaterais dos confrontos militares e massacres (Encyclopaedia Britannica, 2025a). Já em relação a Segunda

Guerra Mundial, acredita-se que aproximadamente 60% a 67% de todas as mortes foram de civis (O'Neill, 2025).

As consequências de qualquer conflito são vastas e profundamente traumáticas, englobando não apenas a perda imediata de vidas, mas também um espectro de sofrimentos físicos e psicológicos que inclui ferimentos, mutilações, traumas psicológicos, deslocamento populacional de refugiados e desalojados em grande escala, além de diversos outros impactos em curto, médio e longo prazo, incluindo aspectos psicológicos, econômicos, políticos e geográficos.

Por isso tudo, o pacifismo defende que os instrumentos da violência, ainda que utilizados com intenções nobres, corrompem os próprios fins a que se destinam, e por isso devem ser substituídos por estratégias éticas de mediação, justiça restaurativa e resistência civil não violenta.

Realismo

O realismo concebe o cenário político internacional como uma arena anárquica, ou seja, onde as relações são estabelecidas na ausência de uma autoridade central capaz de regular de forma coercitiva o comportamento dos Estados. Nesse contexto, os Estados são concebidos como atores racionais e autônomos, orientados predominantemente pela busca de poder, segurança e pela defesa de seus próprios interesses nacionais. As normas morais, ainda que eficazes para regular as relações entre indivíduos, são frequentemente consideradas irrelevantes, ou mesmo prejudiciais, no plano interestatal. Isso porque, na lógica realista, um Estado que orienta suas ações por princípios éticos universais tende a se colocar em desvantagem estratégica diante daqueles que agem segundo uma racionalidade puramente instrumental, centrada na maximização do poder e de seus próprios interesses.

De modo geral, quando aplicada à guerra, a perspectiva realista retoma a clássica definição de Clausewitz (segundo a qual a guerra é a continuação da política por outros meios). Nessa concepção, os conflitos armados são compreendidos como instrumentos legítimos da política estatal, justificáveis sempre que estiverem alinhados aos interesses estratégicos do Estado. Por essa razão, uma vez deflagrada a guerra, o Estado deve mobilizar todos os recursos disponíveis para garantir a vitória, independentemente de qualquer consideração de ordem moral.

Essa abordagem dissocia a guerra da esfera da ética, tratando-a fundamentalmente como um instrumento pragmático de política externa, uma ferramenta de poder a ser empregada racionalmente diante das exigências da sobrevivência e da competição internacional. A partir dessa base comum, o realismo pode ser subdividido em duas vertentes principais:

(a) O *realismo descritivo* sustenta que os Estados agem fundamentalmente em função de seus próprios interesses, buscando garantir sua segurança, autonomia e poder relativo nas relações internacionais. Nesse contexto, a guerra é compreendida como uma consequência natural das disputas interestatais, especialmente quando os mecanismos diplomáticos falham ou são considerados ineficazes. Como os Estados competem entre si por influência, recursos e segurança em um ambiente hostil e imprevisível, normas morais universais são vistas como prejudiciais, pois podem restringir a capacidade de ação estratégica e tornar um Estado vulnerável diante de rivais que não compartilham dos mesmos compromissos éticos. Assim, segundo essa vertente, o recurso à guerra é uma

decisão pragmática, guiada pelo cálculo de custos e benefícios, e não por considerações de justiça ou moralidade.

(b) Já o *realismo normativo*, por sua vez, não apenas descreve o comportamento dos Estados, mas prescreve como eles deveriam agir. Segundo essa visão, os Estados têm um dever prudencial - isto é, baseado na razão prática, na autopreservação e no reconhecimento da pluralidade de valores que orientam as diferentes comunidades políticas - de evitar submeter suas ações internacionais a critérios morais. A introdução de princípios éticos no campo da política internacional poderia gerar tensões desnecessárias, provocar ressentimentos ou ser explorada por atores que utilizam a moralidade de forma oportunista. No que diz respeito à guerra, essa abordagem considera que, uma vez envolvido em um conflito armado, um Estado não apenas está autorizado, mas é obrigado a empregar todos os recursos disponíveis para vencer, desde que isso maximize sua segurança e seu poder.

Ambas as vertentes convergem na ideia central de que a guerra e a política externa devem ser conduzidas com base no cálculo estratégico e na lógica do poder, e não segundo princípios éticos universalmente válidos. Tratam a guerra não como uma falha do sistema internacional, tampouco como um problema a ser resolvido ou abordado pela ética, mas como uma expressão recorrente e, por vezes, inevitável da política entre Estados.

Entre os expoentes clássicos do realismo destacam-se o historiador Tucídides (460-400 a.C.), cuja obra *História da Guerra do Peloponeso* é frequentemente citada como um dos primeiros relatos analíticos do poder e da rivalidade entre Estados; Maquiavel (1469-1527), que em *O Príncipe* enfatiza a importância da astúcia e da força na manutenção do poder; e Thomas Hobbes (1588-1679), que em sua obra *Leviatã* descreve o 'estado de natureza' como uma condição de guerra de todos contra todos, o que fundamenta a visão de que a anarquia internacional favorece o conflito permanente. No período moderno, o realismo foi sistematizado e profundamente influenciado por Hans Joachim Morgenthau (1904-1980), que defendeu a centralidade do interesse nacional e da busca pelo poder na política internacional, e por Henry Kissinger (1923-2023), que, além de sua atuação como Secretário de Estado dos Estados Unidos sob os governos dos presidentes Nixon e Ford, elaborou uma doutrina pragmática de relações internacionais baseada no equilíbrio de poder e na estabilidade do sistema internacional, mesmo que à custa de princípios éticos.

Guerra Justa

Diante das limitações evidentes tanto do realismo quanto do pacifismo, emerge a necessidade de uma abordagem normativa intermediária que reconheça a realidade persistente da guerra, mas que se recuse a abandoná-la à mera lógica do poder e da autopreservação estatal, ou que permaneça inerte diante de injustiças. O realismo, ao dissociar completamente a guerra da moralidade, falha em oferecer critérios normativos capazes de limitar os horrores do conflito, transformando a guerra em um instrumento pragmático e, muitas vezes, cínico da política externa. Por outro lado, o pacifismo, embora moralmente consistente em sua recusa à violência, revela-se insuficiente diante de contextos extremos nos quais a omissão diante de agressões injustas pode significar a perpetuação da barbárie ou a violação sistemática de direitos fundamentais. Nesse impasse, a teoria da guerra justa surge como uma tentativa de reconciliar a inevitabilidade da

guerra com os imperativos da ética, visando estabelecer parâmetros morais que delimitem quando a guerra pode ser considerada justa, como ela deve ser conduzida, e quais limites éticos não devem ser ultrapassados. Ao invés de glorificar a guerra ou recusá-la incondicionalmente, essa teoria propõe um caminho de análise crítica e de responsabilidade moral em tempos de conflito, oferecendo um arcabouço ético para avaliar (a) o direito de ir à guerra (*jus ad bellum*), estabelecendo os critérios que justificariam o recurso à guerra por parte de uma entidade política; (b) a justiça na guerra (*jus in bello*), delimitando as regras morais que devem reger a condução do conflito, mesmo em meio à violência; e (c) a justiça após a guerra (*jus post bellum*), orientando as responsabilidades éticas e políticas na fase de encerramento do conflito, incluindo a reconstrução, a reparação de danos e a restauração da ordem política. Em um contexto global onde as guerras são uma realidade inegável, a presença de diretrizes claras e bem fundamentadas torna-se essencial.

Embora suas raízes possam ser traçadas até pensadores da Antiguidade, como Aristóteles (384-322 a.C) e Marco Túlio Cícero (106-43 a.C), a formulação da teoria da guerra justa adquiriu contornos mais definidos com os escritos de Agostinho de Hipona (354-430), que procurou reconciliar os ideais cristãos com a admissibilidade do uso da força em contextos de defesa diante de uma agressão. Posteriormente, Tomás de Aquino (1225-1274) sistematizou esses princípios dentro da filosofia escolástica, oferecendo critérios objetivos para a justiça na condução da guerra. A teoria da guerra justa foi ampliada por teóricos do direito natural, como Francisco de Vitória (1486-1546) e Hugo Grócio (1583-1645), que contribuíram decisivamente para a fundamentação moral e jurídica dos conflitos armados no contexto do nascente direito internacional. Esses desenvolvimentos históricos lançaram as bases para instrumentos normativos modernos, como a Convenção de Genebra (1949) e seus protocolos adicionais, os quais visam regular a guerra no plano internacional, restringindo seus métodos e protegendo civis e combatentes. Na atualidade, um dos mais proeminentes defensores da tradição da guerra justa é o filósofo político norte-americano Michael Walzer (1935-), cuja obra oferece uma reinterpretação contemporânea dos princípios clássicos à luz dos conflitos modernos.

Entretanto, dentro da tradição da guerra justa, é possível identificar duas posições principais quanto à sua fundamentação moral:

(a) Os defensores do *coletivismo* argumentam que a guerra deve ser compreendida não como uma relação direta entre indivíduos, mas como uma interação entre coletividades políticas, geralmente representadas por meio dos Estados. Nessa ótica, os combatentes não agem enquanto indivíduos morais autônomos, mas como instrumentos de suas respectivas comunidades políticas, de tal modo, que “a guerra em si não é uma relação entre pessoas, mas entre entidades políticas e os seus instrumentos humanos” (Walzer, 2004). A consequência dessa visão é que os juízos morais aplicáveis à vida civil não se transferem diretamente para o campo de batalha. Isso se deve ao fato de que a guerra constituiu uma situação *sui generis*, e que por isso deveria ser regida por normas próprias, distintas da moral cotidiana. Afinal, ela envolve práticas que, fora desse contexto, seriam absolutamente condenáveis, como matar e mutilar deliberadamente, mas que, dentro do contexto de guerra, tornam-se ações esperadas, reguladas por convenções específicas que visam mitigar seus efeitos mais devastadores, sem, no entanto, anulá-los.

(b) Em contraste com os coletivistas, os defensores da perspectiva *individualista reducionista* sustentam que os princípios morais que regulam o ato de matar na guerra não diferem substancialmente daqueles aplicáveis à vida civil. São chamados de *reducionistas* pois rejeitam a ideia de que existam domínios morais distintos para diferentes esferas da ação humana - seja em tempos de paz ou de guerra, toda conduta está sujeita ao mesmo conjunto de princípios éticos fundamentais. São, também, *individualistas* porque fundamentam esses princípios nos direitos e deveres morais dos indivíduos, e não nas prerrogativas das entidades políticas às quais pertencem. Essa abordagem sustenta que o fato de um ato ser cometido em larga escala, ou de estar vinculado a objetivos políticos e interesses estatais, não altera sua natureza moral. Assim, matar durante uma guerra não adquire uma justificação ética especial apenas por ocorrer no contexto de um conflito armado. Embora reconheçam que situações de guerra e de legítima defesa na sociedade civil sejam estruturalmente distintas, argumentam que ambas estão submetidas às mesmas considerações morais de base: a proteção de direitos fundamentais e a proibição do dano injustificado.

Dessa forma, a teoria da guerra justa se estabelece como uma via intermediária em decisões sobre o uso da força. Em oposição ao realismo, recusa a ideia de que a guerra está fora do alcance das normas éticas; e, ao contrário do pacifismo, admite que, em certas circunstâncias excepcionais, o recurso à violência pode ser moralmente justificado. Trata-se, assim, de um esforço para submeter o uso da força à razão pública e à exigência de justificação, mantendo vivos os limites éticos mesmo quando há uma tendência a abandoná-los.

O que o futuro nos reserva?

Embora o arcabouço conceitual fornecido pelas teorias clássicas da guerra, como o realismo e a teoria da guerra justa, ofereça instrumentos valiosos para a análise dos conflitos armados, é necessário reconhecer que a natureza da guerra está passando por transformações profundas.

Nesse novo cenário, a transição do capitalismo industrial para a globalização financeira desempenha um papel central. As guerras já não se restringem aos campos de batalha convencionais: elas também se desdobram em arenas econômicas, informacionais, tecnológicas e jurídicas. A guerra, em certo sentido, está se globalizando. Estados que não estão diretamente envolvidos nas hostilidades intervêm por meio do fornecimento de financiamento e armamentos, enquanto sanções econômicas, utilizadas como instrumentos de pressão, podem afetar populações inteiras, provocando desabastecimento de bens essenciais, insegurança alimentar e agravamento de crises humanitárias.

Nesse contexto de transformação estrutural da guerra e de ampliação dos seus domínios de operação, observa-se também uma mudança significativa nas narrativas que legitimam o recurso à força. Ao longo do século XX, a guerra passou a ser travada não mais com o objetivo declarado de conquista ou expansão territorial, mas em nome da manutenção da paz, da proteção de civis e da defesa dos direitos humanos. Essa inflexão moral nas justificativas da guerra produziu, contudo, um efeito paradoxal. A promessa de um uso mais ético da força, com menor número de vítimas civis e maior respeito às normas do direito internacional, não conduziu à superação dos conflitos armados, mas à sua normalização. A retórica da proteção e da justiça global forneceu novas bases normativas para a legitimação da violência, tornando os conflitos mais aceitáveis,

mais gerenciáveis e, portanto, mais persistentes. Em vez de abolir a guerra, essas novas justificações contribuíram para sua perpetuação sob formas contínuas, fragmentadas e moralmente autorizadas; uma guerra que, embora reduzida em escala, tornou-se “eterna” (Moyn, 2021).

Com a ascensão das redes sociais, os conflitos passaram a ser experimentados de forma imediata e ubíqua, alcançando indivíduos em qualquer parte do mundo. Durante uma guerra, o embate já não se restringe ao front: ele se projeta também nas telas de celulares, computadores e televisores, numa disputa constante por apoio e legitimação perante a opinião pública global. Esse novo cenário tem produzido um fenômeno inédito, no qual, à medida que os conflitos se expandem, a figura tradicional do Estado beligerante perde nitidez. Já não são apenas os exércitos que se enfrentam, mas também as narrativas, disputadas em tempo real, em múltiplas plataformas e em escala planetária.

Além disso, à medida que a humanidade avança em termos científicos e tecnológicos, novos meios de violência emergem e novas formas de conflito armado se multiplicam, alterando substancialmente o modo como as guerras são travadas. Não seria exagero afirmar que os conflitos contemporâneos diferem radicalmente daqueles do passado. Um marco decisivo dessa transformação ocorreu em 1945, com o advento das armas nucleares e a introdução de uma ameaça inédita: pela primeira vez na história, um único indivíduo passou a deter o poder de, com o simples apertar de um botão, matar milhares, ou mesmo milhões, de pessoas. Essa ameaça foi agravada pela posterior proliferação do arsenal atômico, elevando o risco não apenas para Estados específicos que possam participar de um conflito, mas para a sobrevivência da espécie humana. De fato, “Não foi até meados do século XX, com a criação de armas nucleares, que a extinção humana passou de uma possibilidade remota (ou uma certeza remota no tempo) para um perigo iminente” (Ord, 2020, p. 62, tradução nossa).

Ademais, é plausível supor que o futuro próximo trará transformações ainda mais profundas, tanto no que diz respeito ao tipo de armamentos e estratégias militares, quanto às motivações subjacentes aos conflitos. O avanço acelerado da ciência, da tecnologia e, especialmente, da inteligência artificial, tem provocado mudanças significativas nas táticas e técnicas de guerra, redefinindo as fronteiras da capacidade bélica e da segurança internacional. O desenvolvimento de armamentos como drones permite minimizar a exposição de tropas humanas no campo de batalha. A crescente integração da inteligência artificial nas estratégias militares pode resultar em uma revolução nas decisões táticas, com sistemas autônomos capazes de analisar dados em tempo real, prever movimentos inimigos e até mesmo tomar decisões de combate sem a intervenção direta de humanos. Essa mudança, por sua vez, pode alterar as dinâmicas de poder entre os Estados, criando um cenário em que a supremacia tecnológica se torna um fator de dissuasão tão crucial quanto os arsenais nucleares. Nesse contexto, as guerras do futuro poderão ser travadas não apenas em campos de batalha, mas também no domínio digital, transformando o conceito tradicional de conflito armado e desafiando as estruturas existentes de governança internacional. Por outro lado, as motivações para os conflitos também podem se diversificar. Enquanto novas fontes de tensão emergem, como o controle de dados, redes cibernéticas e possíveis aplicações das plataformas de inteligência artificial, não menos relevante é o fato de que os recursos naturais necessários para sustentar esse novo paradigma tecnológico podem tornar-se, eles próprios, motivo de competição geopolítica e, potencialmente, de guerra. A demanda por minerais estratégicos como o lítio, o

cobalto, o níquel e as chamadas ‘terras raras’⁴ (fundamentais para a produção de chips, baterias, sensores e outros componentes tecnológicos) já tem provocado disputas econômicas entre potências globais. A concentração da produção e do refino de alguns desses materiais em poucos países tende a intensificar rivalidades e dependências, tornando o acesso a tais recursos um elemento central da segurança nacional. Nesse sentido, o avanço tecnológico, longe de atenuar as causas dos conflitos, pode reconfigurá-las sob novas formas de disputa em torno da extração, do controle e da distribuição de matérias-primas estratégicas.

A intensificação da crise climática também vem se consolidando como um vetor geopolítico de elevada complexidade, não apenas por seus impactos ambientais diretos, bem como por suas consequências sobre dinâmicas populacionais. Fenômenos como secas prolongadas, enchentes, tempestades e processos acelerados de desertificação vêm forçando o deslocamento de grandes contingentes populacionais, contribuindo para o surgimento e agravamento do fenômeno denominado ‘refugiados climáticos’. Estimativas recentes sugerem que, mantidas as tendências atuais, até 2030 aproximadamente 700 milhões de pessoas poderão ser forçadas a abandonar seus territórios em decorrência de secas severas (Jha, 2023).

Esse quadro torna-se ainda mais alarmante tendo em vista que uma parcela expressiva das populações deslocadas já vive em contextos marcados por múltiplas vulnerabilidades. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 4,3 milhões de refugiados, 580 mil solicitantes de asilo e 50,6 milhões de deslocados internos encontram-se atualmente em países expostos a riscos climáticos elevados, severos ou extremos, ao mesmo tempo em que enfrentam situações de conflito armado ou instabilidade política. Ao final de 2023, aproximadamente um em cada dez refugiados e solicitantes de asilo, bem como quase três em cada quatro deslocados internos, residiam em regiões com alta exposição a riscos climáticos. A perspectiva futura é ainda mais preocupante: até 2040, projeta-se que cerca de 12 milhões de refugiados e solicitantes de asilo e 37 milhões de deslocados internos estarão vivendo sob condições climáticas de extremo perigo (ACNUR, 2024a).

Paralelamente, a crise climática compromete de forma crescente o acesso e a disponibilidade de recursos naturais essenciais, entre os quais a água desempenha um papel estratégico particularmente sensível. Atualmente, mais da metade da população mundial depende de bacias hidrográficas e lagos transfronteiriços que, juntamente com aquíferos subterrâneos, são responsáveis por aproximadamente 60% dos fluxos de água doce do planeta. Apesar de sua centralidade para a segurança hídrica global, a governança desses recursos permanece profundamente deficiente, de tal modo, que mais da metade das 310 bacias hidrográficas internacionais carece de acordos formais de cooperação entre Estados, e todos os aquíferos transfronteiriços conhecidos, com exceção de cinco, operam sem mecanismos institucionais consolidados de gestão conjunta (Jha, 2023). Mas os desafios de governança hídrica não se limitam ao plano interestatal.

⁴ “As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos: lantânio, cério, praseodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio, érbio, escândio, túlio, itérbio, lutécio e ítrio. Esses minerais estratégicos têm um papel importante na transição energética pois são utilizados na indústria de alta tecnologia para produção de turbinas eólicas e carros híbridos. Além disso, os elementos são utilizados na fabricação de televisores de tela plana, telefones celulares, lâmpadas fluorescentes compactas, ímãs permanentes, catalisadores de gases de escapamento, lentes de alta refração e mísseis teleguiados” (Brasil, 2023).

No âmbito doméstico, a distribuição desigual dos recursos hídricos entre regiões e grupos sociais impõe tensões adicionais, ampliando consideravelmente o potencial de disputas tanto no plano interno quanto entre Estados.

Embora os conflitos relacionados à água remontem ao século XXV a.C. (Sand, 2018), o contexto contemporâneo lhes confere uma nova densidade e um alcance ampliado. A interseção entre mudanças ambientais extremas, insegurança hídrica e deslocamentos humanos, em um cenário marcado pela ascensão do unilateralismo e do nacionalismo (McCracken; Schmeier, 2025), delineia um ciclo que retroalimenta instabilidades sociais, políticas e geopolíticas, intensificando o risco de que as águas transfronteiriças se consolidem como focos centrais de conflitos armados nas próximas décadas.

A projeção de cenários futuros exige, também, um exame crítico dos limites estruturais do nosso modelo de desenvolvimento. A intensificação das crises ambientais, a ampliação das desigualdades socioeconômicas e a crescente instabilidade geopolítica não são eventos isolados, mas sintomas de um sistema global ancorado em um paradigma de crescimento contínuo e materialmente insustentável. Nesse sentido, é preciso reconhecer que “o mundo não pode simplesmente continuar a crescer neste ritmo indefinidamente”, e que, por isso, devemos estar preparados para cenários alternativos, como “estagnação (o crescimento abranda ou termina), explosão (o crescimento acelera ainda mais, antes de atingir os seus limites) e distúrbio (alguns desastres nivelam a economia)” (Karnofsky, 2021).

Tais cenários não apenas desafiam os pressupostos econômicos convencionais, mas têm implicações diretas sobre a paz e a segurança globais. A estagnação pode alimentar tensões sociais e políticas à medida que a competição por recursos escassos se intensifica; a aceleração descontrolada do crescimento tecnológico e financeiro pode gerar novas assimetrias de poder, ampliando vulnerabilidades; e os distúrbios catastróficos, como colapsos ambientais, pandemias ou choques geopolíticos, têm o potencial de desestabilizar a ordem global em múltiplas frentes.

Ao operar no limite das capacidades do planeta, o atual modelo de desenvolvimento aprofunda um ciclo de retroalimentação negativa: a busca incessante por crescimento leva ao esgotamento dos recursos naturais, o que, por sua vez, intensifica os conflitos e deslocamentos populacionais, tensiona a governança internacional e enfraquece as estruturas de cooperação multilateral. Em um contexto como esse, a guerra deixa de ser apenas um instrumento de competição entre Estados e passa a integrar um cenário mais amplo de disfunção sistêmica, no qual as fronteiras entre crise ambiental, colapso econômico e conflito armado tornam-se cada vez mais tênues.

Esses cenários alternativos não constituem meras especulações abstratas, mas hipóteses plausíveis diante do agravamento simultâneo das crises ecológicas, do esgotamento de recursos naturais, da ampliação das desigualdades e do recrudescimento das tensões políticas. Em um sistema global crescentemente pressionado, a competição por bens essenciais - como água potável, alimentos, terras aráveis, zonas habitáveis e meios mínimos de subsistência - tende a intensificar disputas, especialmente em regiões marcadas por fragilidades estruturais e baixa capacidade adaptativa.

Nessas circunstâncias, a guerra não aparece como um acidente isolado, mas como uma consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento que desconsidera os próprios limites sociais e planetários. Refletir criticamente sobre

os rumos da economia global, portanto, não é uma tarefa alheia ao debate sobre segurança e paz: ao contrário, constitui uma etapa fundamental para compreender os mecanismos contemporâneos de produção da guerra e, sobretudo, para prevenir sua perpetuação em um mundo marcado por instabilidades convergentes. Assim, qualquer busca por uma estabilidade futura dependerá de nossa capacidade de reimaginar os fundamentos do desenvolvimento, da segurança e da convivência global.

Considerações finais

Diante da persistência da guerra como componente estrutural da ordem internacional, e não como um resíduo arcaico em vias de extinção, torna-se imperativo repensar nossas categorias morais, políticas e conceituais sobre o fenômeno. Ao longo deste artigo, vimos como abordagens como o pacifismo, o realismo e a teoria da guerra justa fornecem respostas parciais, cada qual com suas virtudes e limitações, diante da complexidade da guerra. No entanto, à medida que nos aproximamos de cenários marcados por rápidas transformações tecnológicas, crises climáticas e disputas por recursos escassos, o cenário global se torna ainda mais volátil e propenso a novas formas de conflito que escapam às categorias tradicionais. O desafio contemporâneo, portanto, não se restringe a compreender a guerra em seus aspectos históricos ou militares, mas exige, sobretudo, o desenvolvimento de um olhar ético e político capaz de antecipar e mitigar catástrofes, ao invés de apenas reagir a elas. Em tempos em que o poder de destruir a civilização pode estar nas mãos de poucos, pensar a guerra é, mais do que nunca, pensar a sobrevivência da humanidade.

Referências

- ACNUR. Dados: refugiados no Brasil e no mundo. *ACNUR Brasil*, [on-line], 8 out. 2024a. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 13 maio 2025.
- ACNUR. Refugee Data Finder. *United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)*, [on-line], 8 out. 2024b. Disponível em: <https://www.unhcr.org/external/component/header>. Acesso em: 13 maio 2025.
- BRASIL. Minerais estratégicos: Terras Raras são utilizados para produção de turbinas eólicas e carros híbridos. Ministério de Minas e Energia, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/minerais-estrategicos-terras-raras-sao-utilizados-para-producao-de-turbinas-eolicas-e-carros-hibridos>. Acesso em: 14 maio 2025.
- CHARLEAUX, J. P. Feliz Ano Novo, com 120 guerras em andamento no mundo. *Nexo Jornal*, [on-line], 31 dez. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/feliz-ano-novo-com-120-guerras-em-andamento-no-mundo>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- CLAUSEWITZ, C. V. *Da guerra*. Tradução para o inglês de Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [on-line], 1984. Disponível em:

<https://archive.org/details/da-guerra-carl-von-clausewitz/mode/2up>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CRIADO, M. Á. Um cemitério de 13.400 anos atrás confirma violência generalizada no Paleolítico. *El País Brasil*, [on-line], 31 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-05-31/um-cemiterio-de-13400-anos-atras-confirma-violencia-generalizada-no-paleolitico.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DE WAAL, F. *Primatas e filósofos: como a moralidade evoluiu*. São Paulo: Palas Athena, 2020.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *World War I - Killed, wounded, and missing*. [on-line], 16 abr. 2025a. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/World-War-I/Killed-wounded-and-missing>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *World War II - Costs of the war*. [on-line], 18 abr. 2025b. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/World-War-II/Costs-of-the-war>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FROWE, H. *The Ethics of War and Peace: an introduction*. 3°. London and New York: Routledge, 2023.

GOLDSTEIN, J. S. *Winning the War on War: The Decline of Armed Conflict Worldwide*. Reprint edição. New York, N.Y: Penguin Publishing Group, 2012.

ICRC. *How is "Armed Conflict" defined in IHL?* [on-line], 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/icrc-opinion-paper-how-term-armed-conflict-defined-international-humanitarian-law>. Acesso em: 21 abr. 2025.

JHA, S. K. Water knows no borders: Transboundary cooperation is key to water security and avoiding conflict. *World Bank Blogs*, [on-line], 10 jul. 2023. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/water/water-knows-no-borders-transboundary-cooperation-key-water-security-and-avoiding-conflict>. Acesso em: 14 maio 2025.

KARNOFSKY, H. This Can't Go On. *Effective Altruism Forum*, [on-line], 3 ago. 2021. Disponível em: <https://forum.effectivealtruism.org/posts/pFHN3nnN9WbfvWKfG/this-can-t-go-on>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MAGNOLI, D. (Org.). *História das Guerras*. 5. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2011.

MCCRACKEN, M.; SCHMEIER, S. Cooperação para uso da água entre países que compartilham rios e lagos está se deteriorando. *The Conversation*, [on-line], 19 mar. 2025. Disponível em: <http://theconversation.com/cooperacao-para-uso-da-agua-entre-paises-que-comp-artilham-rios-e-lagos-esta-se-deteriorando-252602>. Acesso em: 14 maio 2025.

MOYN, S. *Humane: How the United States Abandoned Peace and Reinvented War*. [S. l.]: Macmillan Publishers, 2021.

NUNES, Á. Teorias filosóficas sobre a guerra. [on-line], 2 jul. 2015. *Crítica na Rede*. Disponível em: <https://criticanarede.com/anunesaguerra.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

- O'NEILL, A. Second World War: deaths per country 1939-1945. [on-line], 7 fev. 2025. Statista. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1293510/second-world-war-fatalities-per-country/>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- ORD, T. *The Precipice: existential risk and the future of humanity*. New York: Hachette Books, 2020. Disponível em: <https://80000horas.com.br/o-precipicio-capitulo-2-risco-existencial/>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- OXFORD ENGLISH DICTIONARY. *War*. [on-line], 2024. Disponível em: https://www.oed.com/dictionary/war_n1. Acesso em: 21 abr. 2025.
- PINKER, S. *The Better Angels of Our Nature: a history of violence and humanity*. First edition. London: Penguin Books Ltd, 2012.
- SAND, P. H. Mesopotamia 2550 B.C.: The Earliest Boundary Water Treaty. *Global Journal of Archaeology & Anthropology*, [on-line], v. 5, n. 4, p. 1-2, 27 jul. 2018. Disponível em: <http://juniperpublishers.com/gjaa/GJAA.MS.ID.555669.php>. Acesso em: 14 maio 2025.
- SINGER, P. *O Maior Bem que Podemos Fazer*. Como o altruísmo eficaz está a mudar as ideias sobre viver eticamente. Lisboa, PT: Leya, 2016.
- WALZER, M. *A Guerra em Debate*. Lisboa, PT: Cotovia, 2004.

Recebido em: 05/2025

Aprovado em: 12/2025